

Marcas espaciais da dominação masculina nos espaços públicos de Belo Horizonte

Primeira Autora: Kelen Cristina Duarte

Doutoranda, Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Ciências Econômicas -
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - duartekelencristina@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0502-3992>

Segunda Autora: Hellen Cordeiro Alves Marquezini

Doutoranda, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo
hellenmarquezini@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-9511-1955>

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: O espaço público não foi planejado e destinado às mulheres. A elas cabia o espaço privado, entendido como o doméstico, e as atividades a ele atreladas, especialmente as do cuidado. Nesse sentido, a ocupação de espaços, como o público, revela-se como uma questão de poder, controle e dominação que serve a fins políticos de controle societal.

Objetivo/proposta: O presente estudo visa identificar quais são as marcas espaciais da dominação masculina nos espaços públicos, em uma grande cidade brasileira, que perpetuam as desigualdades de gênero

Procedimentos Metodológicos: Foi realizada uma pesquisa qualitativa tendo a pesquisa documental como fonte de dados. Obteve-se, m corpus de análise composto por 62 reportagens e 200 páginas de relatórios diversos, que foram analisadas à luz da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006, 2016).

Principais Resultados: Dentre os achados possível perceber manifestações da ideologia da masculinidade hegemônica, maneiras hierárquicas de ser homem e dominação dos demais gêneros. Revelou-se ainda três marcas espaciais da dominação masculinas nos espaços públicos que perpetuam as desigualdades de gênero, sendo elas: desenho da cidade; terrorismo sexual; e, marginalização feminina.

Considerações Finais/Conclusão: A construção da cidade perpetua a lógica maniqueísta sobre as mulheres que as separam entre a puta e a santa, sendo a violência uma ferramenta utilizada pelos homens para dominação e controle das mulheres. Esse fato implica que o ser mulher e estar nas ruas, em BH, é um ato de resistência e um desafio ao sistema patriarcal que serve de sustentáculo para a sociedade contemporânea. A implantação de políticas públicas de mobilidade voltadas às necessidades das mulheres é fundamental para a solução dessa problemática social.

Contribuições do Trabalho: A presente pesquisa serve ao propósito de explicitar e problematizar a situação feminina nas sociedades contemporâneas, contribuindo, assim, para os estudos femininas e para ao campo de estudos de Cidades no contexto brasileiro.

Palavras-Chave: Masculinidade hegemônica; gênero; cidades; espaços públicos.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

1. Introdução

Historicamente o espaço público não foi planejado e destinado às mulheres. Segundo Simone de Beauvoir, “a representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confunde com a verdade absoluta” (Beauviour, 1980, p. 183). Ante esta constatação, é possível observar que a sociedade foi moldada em esquemas de opressão e dominação masculinas, culturalmente localizados em arranjos patriarcais de submissão e imposição de padrões de comportamento às mulheres (Davis, 2016).

Às mulheres cabia o espaço privado, entendido como o doméstico, e as atividades a ele atreladas, especialmente as do cuidado (Arruzza et al., 2019). Como consequência da construção patriarcal das sociedades, até meados do século XX o domínio público foi restrito aos homens e o privado às mulheres, sendo o trabalho feminino nunca considerado como produtivo, apenas o do homem (Kanan, 2010). Todavia, elas representam 51,8% da população brasileira (IBGE, 2019) e tem ocupado, cada vez mais, o mercado de trabalho e outros espaços na sociedade moderna (Hirata, 2016).

Nesse sentido, a ocupação de espaços, como o público, revela-se como uma questão de poder, controle e dominação que serve a fins políticos de controle societal (Lefebvre, 2000). O subjugado ao feminino nas cidades aparece de diversas formas, sobretudo com a construção da ideologia que os espaços públicos não são destinados a elas e isso se revela em ruas inseguras e mal iluminadas, transporte público lotado favorecendo situações de assédio, além de violências diversas que vão desde a importunação sexual até o estupro e assassinatos (Kissling, 1991; Macmillan et al., 2000; Fileborn & Vera-Gray, 2017; DelGreco & Christensen, 2020; DelGreco et al., 2021).

Desta forma, o presente estudo visa compreender quais são as marcas espaciais da dominação masculina nos espaços públicos, em uma grande cidade brasileira, que perpetuam as desigualdades de gênero. A relevância dessa questão está no fato de que o silenciamento sobre essa realidade perpetua a situação de desigualdade social que envolve esses sujeitos. Ainda este trabalho é relevante do ponto de vista social e acadêmico, uma vez que o crescimento dos movimentos feministas exige que as questões sociais sejam revistas à luz de uma perspectiva feminista. Este trabalho surge como um desdobramento dessa luta pelo reconhecimento da igualdade entre gêneros.

A cidade objeto deste estudo é Belo Horizonte (BH), Minas Gerais/Brasil, uma cidade conhecida por ter muitas mulheres em sua população, visto que elas representam quase 54% do povo belo-horizontino (IBGE, 2019). Todavia, a relação dessas mulheres com o espaço público tem sido alvo de pouca atenção acadêmica. Apesar de existirem diversas pesquisas em outras áreas sobre gênero e cidades, na Administração esse cenário é insipiente. Em levantamento bibliográfico realizado em setembro de 2023 na plataforma SPELL — *Scientific Periodicals Electronic Library*, visando identificar a produção acadêmica sobre mulheres e cidades no campo da Administração, a busca realizada a partir de palavra-chave com os descritores “cidade” e “cidades” encontrou-se apenas uma referência associada a mulheres (Andrade, 2021). Andrade

(2021) discute o processo de ocupação do espaço urbano por mulheres africanas em Cabo Verde. Esta pesquisa se une a trabalhos como este, estudos que buscam compreender as consequências desse modelo estrutural a partir do ponto de vista de quem vivencia diariamente a desigualdade entre os gêneros: as mulheres.

Visando atingir o objetivo deste estudo, além desta introdução, esta pesquisa conta com uma seção de referencial teórico onde se aborda a relação das mulheres e a urbe e um tópico sobre a chamada masculinidade hegemônica. Os métodos de pesquisa compõem a seção terceira e os resultados são apresentados e discutidos na quarta seção. Por fim, seguem-se as considerações finais com as limitações do estudo e sugestões de futuras investigações.

2. Referencial Teórico

2.1. As mulheres e a Urbe

Os espaços públicos são aqueles de uso comum e posse de todos, gerenciados por instituições governamentais. As ruas se enquadram nessa definição e são o componente articulador das localidades e da mobilidade, sendo também o lugar primeiro para a formação da imagem da cidade, visto que é nas ruas que as pessoas transitam e observam a cidade (Lynch, 2010).

As formas de ocupação dos diferentes espaços, conforme aponta Lefebvre (2000) envolvem questões de poder, controle e dominação. Segundo o autor (p. 349) o espaço é “politicamente instrumental, facilitando, com isso, o controle da sociedade”, todavia esse aspecto se camufla sob a égide da neutralidade, da banalidade, da “destituição semiológica e de vazio (ou ausência)”.

Nessa perspectiva podemos afirmar que as ruas são espaços públicos onde as relações de poder se manifestam. Muitas são as problemáticas que essa questão levanta, dentre elas figura a vivência das mulheres, uma vez que elas são um grupo minorizados socialmente e historicamente oprimidas pelo capitalismo patriarcal que moldou e impera nas sociedades ocidentais modernas (Arruzza et al., 2019).

Uma vez que as mulheres foram relegadas, desde o início da Era Moderna, a esfera do doméstico, do privado e particular (Arruzza et al., 2019), pode-se afirmar que os espaços públicos atuais foram idealizados por e para homens e são utilizados por eles para demonstrar sua dominação.

Nas ruas, uma das formas de dominação masculina sobre as mulheres é por meio do assédio sexual (Kissling, 1991; Macmillan et al., 2000; Fileborn & Vera-Gray, 2017; DelGreco & Christensen, 2020; DelGreco et al., 2021). A pesquisadora Elizabeth A. Kissling (1991) identificou que o assédio sexual nas ruas, espaços controlados por homens, é uma forma de silenciamento da voz feminina e compõe uma estratégia de dominação mais ampla chamada terrorismo sexual que visa o controle social sobre as mulheres – e consequente manutenção de seus classificação enquanto objetos sexuais.

O assédio sexual nas ruas afeta a sensação de segurança feminina de forma global, como demonstraram Macmillan, Nierobisz e Welsh (2000). Os autores salientam que essa forma de violência sinaliza para as mulheres a existência de um potencial agressor sexual em qualquer lugar, colocando-as em uma posição de medo e vulnerabilidade.

A dificuldade de punir os assediadores que cometem esses crimes nas ruas foi apontada por Fileborn, Vera-Gray (2017). O senso comum das participantes dessa pesquisa é de que é quase impossível punir esses atos pelos meios legais tradicionais, especialmente devido à natureza efêmera e por não produzir evidências físicas, o que dificulta a identificação do autor e a coleta de provas. Além disso, esse modo de assédio está ligado a formas sistêmicas de desigualdades sociais, dificultando o combate a ele.

Conforme demonstrado por Delgreco e Christensen (2020) o assédio nas ruas pode se tornar uma questão de saúde pública. O estudo desses pesquisadores revelou que as mulheres que são vítimas desse crime têm maior propensão a problemas com ansiedade e depressão, além de terem a qualidade do sono significativamente reduzida.

Deste modo, o assédio nas ruas é utilizado pelos homens como uma demonstração de poder, de acordo com Delgreco, Ebusu Hubbard e Denes (2021). Essa realidade se impõe especialmente quando esses homens se sentem menos poderosos do que as mulheres, sendo assim o uso da violência é uma forma de reverter essa situação por eles identificada como desfavorável.

Esse cenário revela que as questões de gênero permeiam as vivências humanas nas ruas, perpetuando a supremacia masculina e a subordinação feminina. Isso ocorre, de acordo com Davis (1994), de quatro maneiras distintas: exclusão, dominação, invasão e opressão. O assédio reforça a ideia de que o espaço público não é para as mulheres e sim um privilégio masculino, excluindo-as desse lugar. A dominação ocorre pelo controle emocional, exigindo que elas se comportem de maneira que agrada os homens. A privacidade delas é invadida quando são assediadas nas ruas, exigindo delas disponibilidade e acessibilidade para receberem os comentários, visto que estão em locais públicos/masculinos. Por fim, a opressão se dá por meio da restrição de deslocamento e de mobilidade, visto que precisam evitar determinadas ruas em virtude do assédio.

Para além da violência objetiva que se revela na forma do assédio nas ruas, existem outras problemáticas que influenciam negativamente a participação feminina na urbe. Dentre elas podemos citar: criação de espaços de confinamento como as residências periféricas distantes dos centros e dos locais de trabalho (Silva, 2007); transporte público deficitário, gerando necessidade de caminhadas longas e muitas vezes perigosas, além de frequentemente superlotados (Benedicto, 2017; Santos, 2019); utilização de arquitetura hostil, com muros altos que isolam completamente a visão do interior dos prédios e também a ausência de iluminação adequada (Santos, 2017); segregação humana, com espaços funcionalmente separados como áreas industriais e comerciais (Silva, 2007; Santos, 2017).

Isto posto, é possível identificar, por meio dos estudos apresentados, que a vivência feminina na urbe é atravessada pelas questões de desigualdade de gênero, historicamente incorporadas em nossa sociedade. Como Belo Horizonte, inserida nessa realidade, revela marcas espaciais de dominação masculina? Buscaremos compreender essa questão a seguir.

2.2. Masculinidade Hegemônica

Entende-se por masculinidade hegemônica as “maneiras de ser homem que predominam e que terminam se impondo como ideal a ser seguido por todos os homens” (Furtado, 2018, p. 25). Entre as principais características dessa ideologia está seu caráter impositivo, tanto para homens quanto para as pessoas dos demais gêneros, além disso, cria uma relação hierárquica entre esses

sujeitos colocando as mulheres e pessoas que não se enquadrem no ideal hegemônico em situação de inferioridade (Silva, 2012).

O padrão hegemônico sofre alterações ao longo do tempo e em função das distintas culturas (Kimmel, 1998; Nogueira & Miranda, 2017) todavia, na atualidade, nas sociedades ocidentais, é possível dizer que esse padrão é heteronormativo, branco, com poder aquisitivo elevado e que favorece aos homens adultos em detrimento aos muito jovens, como crianças, e dos idosos. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica se mostra por meio de arquétipos que personificam a autoridade e que se tornam modelos a serem seguidos (Connell, 1987; Connell & Messerschmidt, 2005).

As masculinidades fora do padrão hegemônico, ou subalternas, devem – na lógica hegemônica, buscar desenvolver os atributos que lhes confirmam o status de hegemônico. Fazem parte desse grupo, essencialmente, as minorias sociais como homossexuais e negros. Sendo, muito vezes, socialmente subjugados por apresentarem características tidas como femininas (Connell, 1987; Connell & Messerschmidt, 2005).

Dentro desse sistema hierárquico, a masculinidade hegemônica determina um ideal de práticas na sociedade que sustenta a dominação masculina sobre as mulheres. Essa dominação se apresenta como a forma idealizada de ser homem que corrobora ideologicamente a subordinação das mulheres. Embora não necessariamente relacionada à violência, a força e a ameaça podem sustentar essa ideologia, uma vez que os corpos são objetos e agentes das práticas sociais (Connell, 1987; Connell & Messerschmidt, 2005).

Quando a violência se torna um pilar dessa ideologia temos um recorte mais extremo dela, conforme apontam Ardenghi Dutra e Orellana (2017). Trata-se da masculinidade tóxica que é mais profundamente conecta à violência e à agressão enquanto ideais culturais da própria masculinidade. Dessa forma, a força é tudo e justifica a dominação masculina hegemônica em relação aos demais gêneros.

Na perspectiva de Kupers (2005) e Sculos (2017), masculinidade tóxica é um termo empregado para designar um leque de comportamentos, normas e crenças ligados à masculinidade que são danosos às mulheres e à sociedade de forma geral. Exemplos comuns dessa toxidade são hipercompetitividade, autossuficiência individualista, tendência ou glorificação da violência, paternalismo em relação às mulheres, sexismo, misoginia, concepções rígidas de identidade e papéis sexuais/ de gênero, heteronormatividade, sentimento de direito à atenção sexual das mulheres, objetivação sexual das mulheres, infantilização das mulheres, entre outros.

Parafraseando Kupers (p. 714, 2005): “a masculinidade tóxica é a constelação de traços masculinos socialmente regressivos que servem para promover a dominação, a desvalorização da mulher, a homofobia e a violência injustificada”. Essa toxidade recai inclusive sobre os próprios homens, visto que nas Américas, eles vivem, em média, seis anos a menos que as mulheres, tendo maior propensão ao suicídio e a mortes violentas, conforme aponta relatório da Organização Mundial da Saúde (2019).

Outro pilar da ideologia da masculinidade hegemônica reside em seu caráter discursivo. A hegemonia se relaciona a discursos criados que beneficiam os homens, mantendo na sociedade uma relação desigual de poderes. Desta forma, “o que os homens apoiam não é, necessariamente, o que eles são” (Donaldson, 1993, p. 647). Essa essência discursiva, delinea, por exemplo, limites entre práticas de consumo admissíveis e desviantes dentro de zonas de

consumo masculino ‘seguras’ e ‘perigosas’, distanciando o que é apropriado para um homem do comportamento feminino (Hein & O’Donohoe, 2014).

Por fim, essa ideologia se propaga e é naturalizada em nossa sociedade por meio dos chamados ‘intelectuais organizadores’ que criam e propagam os discursos hegemônicos. Eles são, essencialmente: padres, jornalistas, publicitários, políticos, psiquiatras, designers, dramaturgos, diretores de cinema, atores, músicos, ativistas, acadêmicos, treinadores de atletas e romancistas. Assim, discursos e as práticas são repetidos incansavelmente até se tornarem verdades mesmo aos oprimidos (Connell, 1987). Sendo também perpetuada nas expressões de violência contra as mulheres (Kupers, 2005; Sculos, 2017).

3. Métodos de pesquisa

Visando compreender quais são as marcas espaciais da dominação masculina nos espaços públicos em uma grande cidade brasileira que perpetuam as desigualdades de gênero, foi realizada uma pesquisa qualitativa tendo a pesquisa documental como fonte de dados (Sá-Silva et al., 2009). Essa metodologia se justifica por, segundo os autores, possibilitar “... ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (p. 2), sendo esse o caso do processo de (trans)formação das cidades.

Conforme a tipologia proposta por Oliveira (2016) os documentos são aqueles que “não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação” (p. 69) e são uma fonte primários de dados, visto que precisam ser analisados pelo pesquisado.

Seguindo essa lógica, foram analisadas reportagens vinculadas na mídia mineira nos anos de 2018 a 2022, na tentativa de compreender os aspectos atuais relativos ao tema em estudo. A busca ocorreu no domínio “Google notícias” utilizando buscadores como: importunação sexual BH; assédio sexual BH; violência contra mulher BH. A escolha dessa plataforma se deve ao fato de ser agregador de vários portais de notícias, maximizando a abrangência e alcance da coleta de fontes de dados.

As reportagens foram acessadas e foram excluídos casos de violência em ambiente doméstico ou outros particulares, como estádios de futebol e boates, visando manter o foco na vivência feminina em espaços públicos. As notícias duplicadas, ou seja, aquelas que relatam o mesmo acontecimento em veículos de imprensa distintos, foram consideradas apenas uma vez.

Adicionalmente também foram analisados relatórios publicados por instituições que atuam em Belo Horizonte na área de mobilidade e planejamento urbano. Bem como foram estudados mapas e registros oficiais da prefeitura da cidade. Obteve-se, com isso, um corpus de análise composto por 62 reportagens e 200 páginas de relatórios diversos.

Esse banco de dados foi estudado tendo como base a análise temática proposta por Braun e Clarke (2006, 2016). Realizou-se a análise temática de tipo *Reflexive*, onde “a codificação é fluida e flexível. Seu ponto principal não é alcançar acurácia, mas imersão e profundo engajamento com os dados” (Souza, 2019, p. 53), inserindo-se no grupo das *Big Q Qualitative Research*, pesquisas em que “tanto a filosofia quando a técnica são de raiz qualitativa” (Souza, 2019, p. 53). Nesse sentido, conforme preconizam os autores (Braun e Clarke, 2006, 2016), os passos

tomados foram: (1) familiarização com dados, por meio da leitura do material; (2) Geração códigos iniciais; (3) Busca por temas; (4) Revisão dos temas; (5) Definição e nomeação dos temas finais; e, (6) produção do relatório final que será apresentado na próxima seção.

4. Resultados e Discussão

4.1. Desenho da Cidade

Com ponto inicial de análise, adotamos como referência o marco central de Belo Horizonte, o dito – pela mídia – coração da cidade: a praça Sete de Setembro. A praça existe desde a criação da cidade em 1897 e abriga, desde 1924 um obelisco de sete metros de altura, popularmente chamado de ‘pirulito’. Esse tipo de monumento é, segundo Santos Rodríguez e Ortiz Goulart (2021) exemplo de arquitetura falocêntrica. Conforme delineado por Binda Heiserová (2014,) o falo representa aspectos de poder, rigidez e invulnerabilidade que se relacionam, analogamente, com o órgão sexual masculino.

Nesse sentido, é possível afirmar que a construção de um obelisco manifesta a dominação masculina na cidade. Ao analisar o caso específico de Belo Horizonte temos no ‘coração da cidade’ uma ode à masculinidade. Exemplo que se repete em inúmeros prédios verticalizados e estreitos que também são representações fálicas (Binda Heiserová, 2014; Santos Rodríguez & Ortiz Goulart, 2021).

A dominação masculina também se expressa na nomenclatura das principais avenidas e ruas da capital mineira. Ao analisar as quarenta e quatro principais avenidas da cidade, apresentadas no quadro 1, nota-se que a maioria foi batizada em homenagem a homens – 32 delas. Já as designações de localidades e diversas, como a Avenida do Contorno, somam 10 avenidas e apenas duas recebem nomes femininos.

Quadro 1. Principais Avenidas de Belo Horizonte e a predominância masculina

Avenida Abílio Machado	Avenida Francisco Sales
Avenida Afonso Pena	Avenida Getúlio Vargas
Avenida Afonso XII	Avenida João Pinheiro
Avenida Álvares Cabral	Avenida Nossa Senhora do Carmo
Avenida Amazonas	Avenida Olegário Maciel
Avenida Antônio Abrahão Caram	Avenida Olinto Meireles
Avenida Assis Chateaubriand	Avenida Otacílio Negrão de Lima
Avenida Augusto de Lima	Avenida Paraná
Avenida Barbacena	Avenida Portugal
Avenida Bias Fortes	Avenida Presidente Antônio Carlos
Avenida Brasil	Avenida Presidente Carlos Luz

Avenida Carandaí	Avenida Professor Alfredo Balena
Avenida Costa do Marfim	Avenida Professor Mário Werneck
Avenida Cristiano Machado	Avenida Prudente de Moraes
Avenida Cristóvão Colombo	Avenida Santos Dumont
Avenida do Contorno	Avenida Silviano Brandão
Avenida Dom Pedro I	Avenida Tereza Cristina
Avenida Dom Pedro II	Avenida Waldir Soeiro Emrich
Avenida dos Andradas	Linha Verde
Avenida Fleming	Avenida Vilarinho
Avenida Francisco Deslandes	Avenida Antônio Carlos
Avenida Carlos Luz	Avenida Francisco Sá

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As duas figuras femininas homenageadas são: Tereza Cristina e Nossa Senhora do Carmo e ambas nos falam sobre o lugar da mulher na sociedade mineira. A imperatriz brasileira, esposa de Dom Pedro II, é considerada, pelos historiadores, como uma mulher de personalidade discreta, bondosa e de natureza afetiva que desenvolveu com competências os papéis de mãe e esposa do monarca brasileiro (Avella, 2011). O segundo exemplo, trata-se de uma entidade católica que remete a Maria, mãe de Jesus, a mãe pura e virgem, inserida no contexto da ordem das Carmelitas que seguem uma vida eremítica de oração e silêncio (Ordem das Carmelitas, 2022).

Esse padrão se repete na homenagem a mulheres que nomeiam ruas, praças e bairros de Belo Horizonte, como: Santa Tereza, Santa Lúcia, Viaduto Sarah Kubitscheck etc. Com isso, quase metade dos logradouros homenageam homens, 17% são nomes femininos e 36% são relativos à etnia, localidade, cidades, estados, e outros nomes genéricos – considerando como logradouros as 15.992 ruas, avenidas, praças e becos existentes em BH, distribuídos em 487 bairros (Tempo, 2021).

Os dois arquétipos de feminino representados por essas figuras revelam que a mulher digna de ser lembrada e homenageada pela sociedade belo-horizontina é uma figura fortemente conectada com o ambiente doméstico e familiar. Além disso, essa mulher é silenciosa, pura e serve ao propósito de apoiar o homem, como no dito popular: ‘por trás de todo grande homem, há uma grande mulher’.

A mãe pura, amorosa e reservada ao ambiente doméstico é uma construção histórica da idealização do feminino (Arruzza et al., 2019). Essa é a imagem ainda perpetuada e glorificada nas ruas da capital mineira. Não há espaço para mulheres que fogem ao padrão imposto pelo patriarcado capitalista: as inconfidentes Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, Dona Hipólita Jacinta Teixeira de Melo e Maria Dorotéia Joaquina de Seixas; ou a celebre escritora, reconhecida internacionalmente, Carolina Maria de Jesus; ou Alzira Reis, primeira médica do

estado e defensora dos direitos das mulheres; essas mineiras, entre outras tantas, muitas sem nome, permanecem no limbo do esquecimento social. Poucas exceções existem, uma delas é Helen Greco. Belo horizontina e militante em prol dos direitos humanos contra a ditadura militar e primeira vereadora da cidade. Nomeia, desde 2014, um viaduto na região central da cidade, anteriormente batizado em homenagem ao primeiro presidente brasileiro durante o governo militar.

O não direito a voz é uma característica marcante nos arquétipos femininos perpetuados na cidade, como o caso de Tereza Cristina e Nossa Senhora do Carmo. A monarca brasileira era conhecida com a imperatriz silenciosa (Avella, 2011) e a ordem das carmelitas tem a contemplação como um de seus tripés, de forma que o silêncio é importante para a união com deus (Ordem das Carmelitas, 2022). A exaltação da figura feminina silente objetifica o sujeito, transformando-o em um não humano, visto que a capacidade falar, de dialogar, é uma característica marcadamente humana, conforme aponta Paulo Freire (2019).

4.2. Terrorismo Sexual

A segunda marca espacial da dominação masculina nos espaços públicos em uma grande cidade brasileira é o chamado terrorismo sexual (Kissling, 1991) que se consolida nos espaços públicos por meio do assédio sexual. Segundo a autora, esse agir masculino serve ao propósito de demarcar o espaço público como algo pertencente a eles, além de reforçar a objetificação do corpo da mulher que, nessa lógica, ao estar presente em espaços públicos também se torna um objeto público disponível ao uso masculino.

Dentre as 62 reportagens coletadas o tema que impera com quase 90% é a importunação sexual. Nessas situações os homens violam a privacidade feminina com palavras, gestos e atos que tipificam um crime no ordenamento jurídico brasileiro.

Considerando o período estudado, percebe-se, pelas reportagens, uma tendência de crescimento das denúncias. Foram 8 no primeiro ano, 7, 17 e 15 nos períodos seguintes. Uma leitura possível dessa realidade é que as mulheres se sentem mais apoiadas a denunciar. Todavia, é possível depreender também que, mesmo com a tipificação da importunação sexual como crime, o que ocorreu em 2018, os criminosos não se intimidam e continuam a perpetuar sua dominação.

Desta maneira, o assédio é realidade na vida das mulheres que transitam nas ruas da capital mineira. As denúncias vão desde a importunação sexual com a expressão verbal de palavras ofensivas, invasivas e agressivas, como “gostosa”, até o toque sem consentimento e gestos libidinosos, como pode ser visto nas manchetes abaixo:

Homem é detido após chamar mulher de ‘gostosa’ no Centro de BH (12/08/2019).

MG: Homem de 61 anos é preso por importunação sexual em bloco de carnaval (02/03/2020).

Homem é preso após mostrar o pênis para passageiras e se masturbar em ônibus no Barreiro, em BH (19/11/2021).

Homem se masturba na porta de prédio e aterroriza trabalhadora em BH: ‘Medo era entrar e me estuprar’ (27/10/2021).

Importunação sexual - homem é preso suspeito de assediar uma mulher em ônibus do Move em BH (21/10/2022).

Outra expressão dessa marca de territorialidade masculina é o crime de estupro que também ocorre nos espaços públicos. Essas ocorrências são realizadas tanto quando as mulheres estão sozinhas ou quando estão acompanhadas. Nesse cenário nem crianças estão seguras, visto que há relatos tanto de importunação quando de estupro cometidos contra elas nas vias públicas belo-horizontinas.

Adolescente de 17 anos é estuprada a poucos metros de casa em BH (na rua) após ser perseguida (17/03/2019).

Jovem de 18 anos é abusada sexualmente, à luz do dia, logo após sair de academia em BH (05/07/2019).

Grupo estupra jovens no Carnaval de BH no meio do Centro; marido de vítima é ameaçado com arma (26/02/2020).

Criança sofre estupro coletivo em BH, é filmada e família expulsa de casa (21/10/2020).

O terrorismo sexual (Kissling, 1991) é empregado pelo público masculino para demonstrar seu poder sobre as mulheres nas ruas de BH. Os tão normalizados “elogios” proferidos aos berros nas ruas ou de maneira sexualizada invadem a privacidade feminina, demonstrando que o homem tem direito de dizer e fazer o que bem entender com elas – a única escapatória: não frequentar locais públicos. Ainda que o ordenamento jurídico brasileiro tenha definido esse ato como crime, tipificando-o como importunação sexual com possibilidade de reclusão de um a cinco anos (Importunação Sexual, 2018) ainda persiste a cultura de normalização do ato. Desta forma, as mulheres seguem acuadas com o medo da existência de possíveis agressores em cada esquina (Macmillan et al., 2000).

O assédio empregado contra as mulheres em Belo Horizonte demonstra uma sociedade dominada pelo homem. A subordinação feminina ao masculino é reforçada mediante cada ato, desde a “cantada” até a agressão física, em tentativa de exclusão desses corpos dos espaços públicos. A dominação do homem influencia quais caminhos elas escolhem percorrer e até mesmo quais roupas usar para evitar o assédio, revelando também a opressão por elas sofrida. Além disso, a privacidade delas é invadida como se cada mulher estivesse disponível aos desejos masculinos pelo simples fato de estar em um espaço público (Davis, 1994).

Outro ponto saliente ao se analisar as notícias sobre assédio nas ruas é que o transporte público é um local de ocorrências frequentes. Embora haja iniciativas do poder público, como a implantação do botão do pânico que deve ser acionado pelas mulheres em caso de assédio, conforme relatado nas reportagens, a situação segue problemática com um número crescente de casos. As mulheres, em BH, seguem sofrendo essa violência e incapazes de usufruir de seu direito fundamental de ir e vir pela urbe.

4.3. Marginalização Feminina

O estudo das características demográficas de Belo horizonte e região metropolitana revelam outro marcador da dominação masculina nos espaços públicos. Nesse ponto as questões raciais se mesclam às de gênero de forma intensa.

A maioria da população de BH é feminina: elas representam 54% dos moradores e são maioria, também, nas regiões centrais da cidade. Todavia, a ocupação destes espaços não é possível para todas. Na região central há bairros que chegam a ter 62% da população feminina, contudo, essas mulheres são iminentemente brancas e de classe média ou alta. Há bairros centrais, como o Sion, no qual apenas 6% dos moradores são mulheres pretas e pardas (Nossa BH, 2021).

Esse padrão se repete, em menor escala, na maioria dos bairros dessa região. Uma vez que as pretas e pardas não residem em Belo Horizonte, essas mulheres vivem as margens da cidade, na região metropolitana, como nas cidades de Sabará, Ribeirão das Neves e Santa Luzia – municípios com maior parcela dessa população (Nossa BH, 2021).

Vale ressaltar que, dos 14 municípios que compõe a região metropolitana de BH, a capital é a que tem menor percentual de mulheres negras – pretas e pardas – em relação ao total dos municípios. Elas representam 28%, enquanto em cidades vizinhas, como Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Sabará, elas representam 36% da população local.

Nesses locais, quase a totalidade delas – 93%, está distante da rede de transporte de média e alta capacidade que incluem o BRT (em inglês: *Bus Rapid Transit*) e o metrô (ITDP, 2020). O que demonstra que há, na cidade, a criação de espaços de confinamento periféricos distantes dos centros e dos locais de trabalho (Silva, 2007) e que eles assolam especialmente as mulheres pretas e pardas. De forma adicional, é possível perceber que outro fator de exclusão delas é o peso financeiro do transporte público, visto que o impacto da tarifa média na renda é de 7% para as mulheres brancas, 15% para as pardas e 18% para as pretas. Enquanto para os homens esses valores são: 5%, 10% e 12%, respectivamente (ITDP, 2020).

No que concerne à mobilidade, outra necessidade que fragiliza as mulheres em Belo Horizonte é a forma de deslocamento pela urbe. Além de utilizarem mais o transporte público, elas também andam mais a pé, usam menos transportes alternativos como bicicletas e transportes individuais motorizados (Nossa BH, 2018). O transporte público deficitário é uma das causas da necessidade de caminhadas que podem ser longas e especialmente perigosas para as mulheres, já que elas estão expostas ao assédio nas ruas e a todas as outras formas de violência como assaltos, furtos e assassinatos. Conforme apontado por Benedicto (2017) e Santos (2019), essa dinâmica é uma das formas de expressão da dominação masculina sob as mulheres. A grande necessidade de deslocamento expõe as mulheres a possibilidade do assédio sexual, vista no tópico anterior.

5. Considerações Finais

No presente estudo foram investigadas quais são as marcas espaciais da dominação masculina nos espaços públicos em uma grande cidade brasileira que perpetuam as desigualdades de gênero. Para isso a investigação qualitativa foi realizada e foram analisados dados referentes aos nomes das ruas da cidade, considerando as figuras homenageadas; a visão arquitetônica na região central; além de notícias e relatórios vinculados em sites diversos. Os achados revelaram três marcas espaciais da dominação masculinas nos espaços públicos que perpetuam as desigualdades de gênero, sendo elas: desenho da cidade; terrorismo sexual; e, marginalização feminina.

O desenho da cidade revela indícios claros da ideologia da masculinidade hegemônica. As representações masculinas, especialmente as fálicas, são construídas como demonstração de

poder e dominação. Em contrapartida, as representações femininas, quando aparecem, são destinadas a enaltecer uma figura estereotipada que se encaixa nas determinações sociais do papel feminino na sociedade. Assim, a mulher que é destaca é branca, silenciosa e submissa à vontade masculina.

O terrorismo sexual se apresenta como outra expressão da ideologia da masculinidade hegemônica nos espaços públicos. Essa marca ganha vieses ainda mais violentos que a anterior, apresentando-se como uma manifestação da masculinidade tóxica. O agir masculino é um traço regressivo, agressivo e desvaloriza as mulheres, transformando-as em objetos para serem utilizadas a seu bel-prazer, especialmente quando elas transitam em espaços públicos.

A implantação de políticas públicas de mobilidade voltadas às necessidades dessas pessoas é fundamental para a solução dessa problemática social. Conforme demonstrado por Bello (2014) essa é uma realidade possível de ser construída. Um exemplo é a cidade de Viena, capital da Áustria, que na década de 1990 iniciou um processo de planejamento urbanístico que melhor atendesse as mulheres e dos pedestres em geral, tornando a circulação mais segura e facilitada. Calçadas foram alargadas, as escadas da cidade ganharam rampas, dando maior acessibilidade a cadeirantes e carrinhos de bebê. Outro bom exemplo é Seul, na Coreia do Sul, conhecida como a cidade mais amigável para as mulheres por ter orçamento e ações interligadas que promovem serviços específicos para a rotina feminina (Bello, 2014).

Os cenários apresentados revelam que a construção da cidade perpetua a lógica maniqueísta sobre as mulheres que as separam entre a puta e a santa. Nas ruas belo-horizontinas essa realidade se revela na homenagem feita a determinadas mulheres: apenas as dedicadas ao lar, a família, enfim à atividade do cuidado, são dignas de serem lembradas e homenageadas pela urbe. Todavia, as mulheres que ocupam espaços públicos, por conseguinte, apresentam comportamentos desviantes do desejado, representam a puta, aquela que, na visão masculina, não é digna de respeito, e está sempre disponível sexualmente e é transformada objeto completamente à mercê e a disposição do homem.

Nessa realidade a violência é uma ferramenta utilizada pelos homens para dominação e controle das mulheres. Esse fato implica que o ser mulher e estar nas ruas, em BH, é um ato de resistência e um desafio ao sistema patriarcal que serve de sustentáculo para a sociedade contemporânea.

Nas ruas da capital mineira, as mulheres estão submetidas à vontade dos homens, elas são silenciadas e objetificadas. O assédio é uma realidade diária e influência no modo como as mulheres ocupam os espaços públicos, uma vez que elas estão constantemente amedrontadas e precisam criar estratégias diversas, como escolher determinado caminho ou que roupa usar, para circular nesses locais.

Nesse sentido, a presente pesquisa serve ao propósito de explicitar e problematizar a situação feminina nas sociedades contemporâneas, contribuindo, assim, para os estudos femininas. Todavia, o estudo possui limitações, como é natural de qualquer investigação. Não ter ouvido, diretamente, os sujeitos envolvidos nessa temática é a principal delas. Desta maneira, sugere-se, para pesquisas futuras, a utilização de entrevistas como fonte de coleta de dados para enriquecer a perspectiva apresentada.

6. Referências

- Andrade, R. T. C. (2021). Mulheres africanas, racismo estrutural e pandemia de COVID 19: Um estudo de caso na Cidade da Praia em Cabo Verde. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(21), 22-42, abril. Doi: 10.251113/farolv8i21.6583
- Ardenghi Dutra, F., & Orellana, C. (2017). Selfies no Tinder: Masculinidades hegemônicas como performance. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 135, 143. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i135.3170>
- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: Um manifesto* (1ª). Boitempo.
- Avella, A. A. (2011). Teresa Cristina Maria de Bourbon, uma Imperatriz silenciada. *Anais XXVI Simpósio Nacional de História*, 14.
- Bello, L. (2014). *A man's world: Queremos cidades para mulheres – Mulheres Socialistas*. <http://www.mulheressocialistas.org.br/a-mans-world-queremos-cidades-para-mulheres/>
- Benedicto, E. A. F. (2017). A MULHER E O DIREITO A CIDADE: ASSÉDIO SEXUAL X CANTADAS. *XXIX Simpósio nacional de história*, 11.
- Binda Heiserová, S. (2014). *El obelisco como falo simbólico Reflexión crítica sobre el falocentrismo* [Tesis de máster, Universidad Politécnica de Valencia]. <http://hdl.handle.net/10251/48735>
- Importunação Sexual, Lei nº 13.718, Código Penal (2018). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm
- Beauviour, S. (1980). O segundo sexo. Tradução: Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V., & Clarke, V. (2016). (Mis)conceptualising themes, thematic analysis, and other problems with Fugard and Potts' (2015) sample-size tool for thematic analysis. *International Journal of Social Research Methodology*, 19(6), 739–743. <https://doi.org/10.1080/13645579.2016.1195588>
- Connell, R. W. (1987). *Gender and Power*. Allen & Unwin.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. *Gender & Society*, 19(6), 829–859. <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>
- Davis, D. (1994). The Harm That Has No Name: Street Harassment, Embodiment, and African American Women. *UCLA Women's Law Journal*, 4(2). <https://doi.org/10.5070/L342017595>
- Davis, A. (2016). Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- DelGreco, M., & Christensen, J. (2020). Effects of Street Harassment on Anxiety, Depression, and Sleep Quality of College Women. *Sex Roles*, 82(7–8), 473–481. <https://doi.org/10.1007/s11199-019-01064-6>
- DelGreco, M., Ebesu Hubbard, A. S., & Denes, A. (2021). Communicating by Catcalling: Power Dynamics and Communicative Motivations in Street Harassment. *Violence Against Women*, 27(9), 1402–1426. <https://doi.org/10.1177/1077801220927085>
- Donaldson, M. (1993). What Is Hegemonic Masculinity? *Theory and Society*, 22(5.), 643–657.

- Dos Santos, S. T. L. (2017). Viabilizar ou invisibilizar: Uma crítica feminista à cidade. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, 1(2).
<https://doi.org/10.15210/pixo.v1i2.11694>
- Fileborn, B., & Vera-Gray, F. (2017). “I Want to be Able to Walk the Street Without Fear”: Transforming Justice for Street Harassment. *Feminist Legal Studies*, 25(2), 203–227.
<https://doi.org/10.1007/s10691-017-9350-3>
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido* (71ª ed). Paz e Terra.
- Furtado, H. D. (2018). Cabra-macho e tough guy: Estudo comparativo da masculinidade hegemônica na literatura. *Coordenadoria de Processos Técnicos Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede*, 153.
- Hein, W., & O'Donohoe, S. (2014). Practising gender: The role of banter in young men's improvisations of masculine consumer identities. *Journal of Marketing Management*, 30(13–14), 1293–1319. <https://doi.org/10.1080/0267257X.2013.852608>
- Hirata, H. (2016). O trabalho do cuidado. *Revista SUR*, 13(24), 12.
- IBGE. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad)*.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>
- ITDP. (2020). *O BELORIZONTINO E O TRANSPORTE NA CIDADE* (p. 7). Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento. <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/10/ITDP-Fatos-e-Propostas-para-a-mobilidade-em-Belo-Horizonte.pdf>
- Kanan, L. A. (2010). Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. *Organizações e Sociedade*, Salvador, 17(53).
- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103–117. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>
- Kissling, E. A. (1991). Street harassment: The language of sexual terrorism. *Discourse & Society*, 2(4), 451–460.
- Kupers, T. A. (2005). Toxic masculinity as a barrier to mental health treatment in prison. *Journal of Clinical Psychology*, 61(6), 713–724. <https://doi.org/10.1002/jclp.20105>
- Lefebvre, H. (2000). *A PRODUÇÃO DO ESPAÇO*. Contexto.
- Lynch, K. (2010). *A imagem da cidade*. Wmf Martins Fontes.
- Macmillan, R., Nierobisz, A., & Welsh, S. (2000). Experiencing the Streets: Harassment and Perceptions of Safety among Women. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 37(3), 306–322.
- Nogueira, C. G. de M., & Miranda, M. H. G. de. (2017). A (re)produção das masculinidades hegemônicas: *Revista Interterritórios*, 3(5), 21.
- Nossa BH. (2018). *Relatório do evento MobMulheres: Diálogos de uma cidade para mulheres*. Movimento Nossa BH. <https://nossabh.org.br/biblioteca/relatorio-do-evento-mobmulheres-dialogos-de-uma-cidade-para-mulheres/>
- Nossa BH. (2021). *Mapa das desigualdades 2021: Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte—14 municípios* (p. 71) [Mapa das desigualdades 2021]. Nossa BH.
- Oliveira, N. M. de. (2016). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Vozes.
- OMS: *Masculinidade tóxica influencia saúde e expectativa de vida dos homens nas Américas*. (2019, novembro 21). ONU Brasil. <https://nacoesunidas.org/oms-masculinidade-toxica-influencia-saude-e-expectativa-de-vida-dos-homens-nas-americas/>

- Ordem das Carmelitas. (2022). Vocação Carmelita. *Província Carmelitana de Santo Elias*.
<https://carmelitas.org.br/vocacao-carmelita/>
- Santos, C. R. (2019). O “NÃO-LUGAR” DA MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO: UM ESTUDO A RESPEITO DO “VAGÃO ROSA” DO RIO DE JANEIRO. *Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Iniciação Tecnológica - ISSN 2526-4699 XV Jornada de Iniciação Científica e IX Mostra de Iniciação Tecnológica*, 15.
- Santos Rodríguez, S. de los, & Ortiz Goulart, F. (2021). Falo nos espaços públicos de Rio Grande, RS, Brasil: Falocentrismo e a masculinidade hegemônica. *Revista de Arqueologia*, 34(1), 45–70. <https://doi.org/10.24885/sab.v34i1.729>
- Sá-Silva, J. R., de Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História*, 15.
- Sculos, B. W. (2017). Who’s Afraid of ‘Toxic Masculinity’? *Class Race Corporate Power*, 5(3). <https://doi.org/10.25148/CRCP.5.3.006517>
- Silva, J. M. (2007). *Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano*. 18.
- Silva, S. R. (2012). Performances de masculinidade, práticas de subversão: O consumo de telefones celulares entre jovens de camadas populares. *comunicação, mídia e consumo*, 9(26), 22.
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71 (2), 51-67.
<https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>
- Tempo, O. (2021, dezembro 9). *Quase metade dos endereços de BH presta homenagem a homens*. Cidades. <https://www.otempo.com.br/cidades/quase-metade-dos-enderecos-de-bh-presta-homenagem-a-homens-1.2581840>